

A Imprensa Portuguesa e o Conflito na Bósnia: os Meses Decisivos

Teresa de Sousa

Da quase indiferença a um interesse de certo tipo

O interesse da imprensa portuguesa – e, por maioria de razão, dos meios audiovisuais – no conflito da Bósnia foi, de um modo geral e em termos comparativos com a imprensa europeia, relativamente pequeno até 1995. A guerra nos Balcãs nunca chegou a mobilizar os *media* e a opinião pública como aconteceu na maioria dos países da União Europeia, sendo quase sempre tratada como um acontecimento exterior, distante e sem consequências. Esta observação não serve do mesmo modo para todos os órgãos de comunicação social, naturalmente, mas pode traduzir o ambiente geral.

O *Público* é o único jornal diário que mantém um nível de informação elevado e empenhado mesmo em termos europeus desde o início da crise dos Balcãs. A vasta cobertura noticiosa deste jornal, cujo nascimento coincide com o início da crise dos Balcãs que conduzirá à guerra na Bósnia, estabelece um padrão novo na imprensa portuguesa que começa a ser gradualmente acompanhado pelo outro jornal diário de referência, o *Diário de Notícias*. É apenas com as negociações que conduzem aos Acordos de Dayton – e quando se começa a levantar a questão de uma participação portuguesa significativa na força da NATO que deverá garantir os acordos no terreno que a imprensa passa a dar muito maior atenção ao conflito. Há, naturalmente, várias razões que explicam esta situação de distanciamento, até 1995. Recorda-se apenas algumas:

1. O facto de Portugal ter tido uma participação nula ou quase nula na força de paz das Nações Unidas, UNPROFOR, que esteve presente na ex-Jugoslávia desde 1992. A única excepção foi a participação da Marinha (uma fragata) e da Força Área (um *P3-Orion*) portuguesas na operação "Sharp Guard" da UEO de vigilância do embargo a Belgrado. Este facto terá sido decisivo para a forma distante e um pouco desinteressada com que a opinião pública portuguesa acompanhou o conflito – mesmo os seus aspectos mais dramáticos e desumanos tiveram menos impacte do que na generalidade dos *media* dos nossos parceiros europeus;
2. A linha oficial do Governo caracterizada, a nível europeu, por uma posição de não-intervenção e, a nível nacional, por uma contínua desculpabilização em relação à não-participação portuguesa nas missões da ONU – constitui também um factor explicativo importante. A impreparação da opinião pública, o esforço que o País fazia em África ou outra qualquer razão circunstancial foram sustentando esta posição ao longo do tempo. De um modo geral, os *media* reflectiram esta posição sem a questionar. É interessante constatar que este seguidismo da generalidade dos *media* contrasta vivamente com o que aconteceu em muitos países ocidentais – por exemplo, na França ou nos Estados Unidos –, onde a mobilização dos *media* e da opinião pública foi uma condicionante importante, para não dizer decisiva, para levar os Governos a agir.

A excepção representada pelo *Público* é a consequência natural da própria filosofia editorial com que o jornal nasce em 1990: dar grande relevo à informação internacional e europeia. O facto de o jornal ter tido desde o início uma posição editorial muito forte (intervencionista) quanto ao papel que a União Europeia deveria ter tido relativamente ao conflito também reforçou o volume de informação publicada pelo jornal e determinou a forma como tratou a participação portuguesa a partir de 1995. A título de exemplo, tentou-se fazer a avaliação quantitativa das notícias publicadas sobre o conflito em geral (e não sobre a participação portuguesa) de 1 de Novembro a 30 de Dezembro de 1995 nalguns dos jornais considerados de referência, a partir dos arquivos indicados no final. O resultado foi o seguinte:

	Notícias sobre o conflito	Notícias sobre a participação portuguesa	
Último trimestre de 1995	Primeiro trimestre de 1996		
<i>Público</i>	47	22	27
<i>Diário de Notícias</i>	20	15	24
<i>Expresso</i>	06	06	09

Uma cobertura pouco política

A partir do momento em que a participação portuguesa é decidida e se torna significativa em termos militares, o interesse da imprensa escrita, em geral, torna-se muito maior. O volume de notícias aumenta em quase todos os jornais no último trimestre de 1995, na fase preparatória de Dayton e da IFOR. Este interesse parece, contudo, centrar-se mais em aspectos parcelares do que nas questões de natureza política global. São relativamente poucas as análises e as entrevistas que procuram enquadrar politicamente a participação portuguesa, analisar e explicar a mudança que uma tal participação representa em termos de política externa e de defesa. Não abundam também os artigos de opinião.

A excepção é, de novo, o *Público* onde, durante estes meses, o enfoque é posto nas questões de natureza política e estratégica, e onde são frequentes as análises, os comentários, os editoriais e as opiniões sobre o

assunto. O *Expresso* e o *Diário de Notícias* revelam a mesma preocupação explicativa mas numa dimensão quantitativamente mais reduzida. Também aqui várias razões podem ajudar a explicar este comportamento da imprensa.

1. O Governo dirigiu o processo de decisão de forma clara, transparente e rápida, dando pouco aso a críticas e especulações;
2. O relativo consenso nesta matéria entre PS e PSD não permitiu grandes divisões internas nem grandes polémicas;
3. As convergências das sondagens no sentido de uma avaliação positiva da participação portuguesa;
4. As campanhas eleitorais para as legislativas e, depois, para as presidenciais ligaram pouco às questões externas, como é tradicional;
5. A imprensa portuguesa deparava-se com uma situação nova, depois de quatro anos de «distanciamento» efectivo em relação à intervenção ocidental na Bósnia. As escassas dezenas de polícias portuguesas em Mostar, ao abrigo da administração da União Europeia, não justificavam nem suscitavam um grande empenho dos *media* nacionais.

Quanto à natureza da própria cobertura informativa, as notícias, durante este período, centram-se nos eventuais custos financeiros da participação portuguesa, na preparação da BAI, na previsão das baixas ¾ este aspecto é muitas vezes empolado, fornecendo títulos «bombásticos» ¾, a relevância de uma ou outra posição mais negativa (PCP e PP) são a matéria-prima fundamental.

Deslumbramento e adaptação

A partir do momento em que o batalhão português parte para a Bósnia, a imprensa (acompanhada pelos meios audiovisuais que, a partir deste momento, vão ganhar a predominância) parte, também ela – e em força – para a Bósnia. Entre Janeiro e Agosto de 1996, 25 órgãos de informação portugueses mantêm repórteres na Bósnia quase em permanência, envolvendo nesta cobertura 150 jornalistas.

Qual é o resultado desta intensificação do interesse público e da cobertura noticiosa? Por um lado, a cobertura constante das peripécias por que passa o contingente português tem um efeito positivo imediato: o conflito ganha muito maior visibilidade na imprensa e nos audiovisuais, aproximando a opinião pública dos acontecimentos. Basta ver a extensa cobertura dada pelos *media*, sem excepção, às primeiras eleições na Bósnia pós-Dayton para se avaliar o impacto positivo que acabou por ter a participação portuguesa na IFOR, dando-lhe um enquadramento e uma justificação muito mais fortes e perceptíveis aos olhos da opinião pública. Por outro, a cobertura feita pelos *media* entra numa fase em que parece vir ao de cima a pouca experiência mútua neste tipo de circunstâncias. Os *media* dão mais relevo às «peripécias» do que ao enquadramento operacional e político da missão do contingente português. É nesta altura – o primeiro trimestre de 1996 – que proliferam os títulos sobre os sacos-camas, os chuveiros, as luvas, as botas, os salários e os bónus, ganhando predominância sobre quaisquer outros. Os soldados queixam-se, reivindicam e percebem que têm um ouvido sempre atento nos jornalistas para o seu «caderno reivindicativo».

Vale a pena abrir um pequeno parêntesis para dizer que havia uma explicação para o facto de as tropas portuguesas terem tido um «caderno reivindicativo» tão amplo, ao ponto de se tornar insólito. A tropa portuguesa precisou, mais do que a maioria dos contingentes presentes, de se adaptar ao cenário europeu. Tratava-se da sua primeira missão na Europa depois da Primeira Guerra, e a sua experiência anterior resumia-se à África. Mas, por outro lado, a grande maioria dos contingentes dos outros países, com cujas condições os jornais e os soldados portugueses faziam comparações, estava há dois ou três anos no terreno, no âmbito da UNPROFOR.

Tinham tido tempo para se instalar convenientemente e para suprirem as dificuldades específicas. Do meu ponto de vista, a imagem global que resultou das circunstâncias referidas acabou por ser negativa, quer para a instituição militar, quer para a opinião pública nacional. O lado nobre da missão perdeu-se nesta panóplia de notícias, não contribuindo para um amadurecimento do País quanto às suas responsabilidades internacionais como membro da União Europeia, da UEO e da NATO. Deu da tropa uma imagem de «fraqueza» e de impreparação que o passar do tempo veio a revelar como errada e injusta. Depois desta primeira fase, entra-se numa espécie de rotina onde está sempre presente um certo «sentimentalismo», próprio certamente da falta de experiência. As nossas tropas revelam-se muito «portuguesas» na arte de conviverem com as populações locais, de se darem bem com toda a gente, são elogiadas pelos outros, etc. Não dispensam o bacalhau e a sardinha e bom vinho português... O destaque noticioso é quase sempre provocado pelas visitas governamentais e presidenciais, pelos acidentes e suas consequências.

Dois «acontecimentos» marcantes

Nestes primeiros meses de experiência, dois acontecimentos marcantes dominaram a cobertura informativa: as duas primeiras mortes e a localização do batalhão português. Um acidente com um engenho explosivo, ocorrido a 24 de Janeiro de 1996 quando o contingente português ainda estava em fase de instalação, matou dois soldados portugueses e um italiano e feriu alguns outros. Com ele, os *media*, a instituição militar e o poder político – Governo e Oposição – foram postos à prova porventura mais cedo do que poderiam prever. As rádios e as televisões tiveram como primeira informação um telex relativamente vago emitido pela APP, que transmitiram imediatamente, apesar de não poderem fornecer qualquer dado objectivo sobre o número de mortos. Mas a informação oficial acabou por chegar rapidamente e, a partir daí, foi tratada rigorosa e cuidadosamente pelos *media*. A questão que, em minha opinião, se levantou na altura – e que se levantaria de novo muitas outras vezes – foi a questão do risco e do preço que a nossa participação em missões militares desta natureza necessariamente envolve. Seja na Bósnia, no Kosovo, na Albânia ou noutro conflito qualquer no qual a União Europeia e a NATO foram, são e serão chamadas a agir. Esta questão nunca foi abordada de forma clara nem pelo poder político, nem pelos *media*.

Mas outra consequência do acidente veio a revelar-se mais polémica e, do meu ponto de vista, mais crítica. Foi a questão do voluntariado. Inquéritos feitos às famílias dos soldados mortos e de outros soldados do batalhão tiveram como resultado a transmissão de uma mensagem errónea para a opinião pública: a ideia de que os militares portugueses na IFOR não eram voluntários profissionais e, conseqüente-mente, que a «tropa de elite» era uma espécie de «curso televisivo» ou de «aventura» de que se podia desistir a meio. A mensagem sobre o risco inerente a uma missão militar desta natureza ficou pois altamente prejudicada. O facto de o Governo não ter tido um discurso claro sobre esta questão, preferindo enredar-se por justificações defensivas, contribuiu também para acentuar esta ideia.

A questão do risco esteve também na base do segundo acontecimento polémico: a localização do contingente português e as razões da opção entre Gorazde e Mostar. Em Fevereiro de 1996, a imprensa noticiou que o Governo tinha optado por uma missão mais perigosa, em Gorazde, para evitar que o batalhão português ficasse sob comando espanhol. O velho complexo relativamente a Espanha vinha ao de cima e sobrepunha-se à natureza europeia e euro-atlântica da missão portuguesa. Felizmente, o problema caiu rapidamente no esquecimento.

Conclusões

Este trabalho não pretende ter um carácter exaustivo, mas apenas contribuir para uma primeira reflexão sobre a forma como os *media* portugueses reagiram a uma situação que era inédita para a democracia portuguesa e que contrariava a tradição de «neutralismo» e de «isolacionismo» herdada do salazarismo e profundamente enraizada na cultura do País. A imprensa não soube vencer essa tradição, porventura como outros sectores igualmente importantes da sociedade portuguesa e, nessa medida, contribuiu muito pouco para fortalecer no País um espírito internacionalista e europeu mais consentâneo com o novo estatuto internacional de Portugal, como membro da União Europeia.

Fontes

Arquivo de recortes da imprensa nacional e internacional das Forças Armadas referentes ao ano de 1996, 1997 e 1998 sobre o conflito na Bósnia-Herzegovina.

Arquivo de recortes da imprensa nacional e internacional do IEEI referentes ao conflito no último trimestre de 1995 e no primeiro trimestre de 1996.

Arquivo do *Público* referente à imprensa nacional nos mesmos trimestres.